

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ENTRE RACISMO, NECROPOLÍTICA E LETALIDADE JUVENIL: a redução do ser negro no Brasil

Elias Lourenço de Souza¹

Anna Emanuely Laurindo²

Simone Maria da Silva³

Cleidiane Waneska Souto Tavares⁴

RESUMO

A cada dezessete minutos um jovem é assassinado no país. São “sujeitos” que possuem marcadores determinados: são negros, do sexo masculino e pertencem a famílias empobrecidas que sobrevivem nas periferias e carregam o fardo do preconceito e da criminalização. Parte-se do pressuposto que a sociabilidade capitalista tem uma dada estrutura marcada por clivagens de classe, raça e gênero, que potencializam as violências praticadas contra corpos negros. Os resultados revelam que em 2019, no Brasil, houve maior concentração de crimes violentos letais intencionais (51,3%) na faixa etária dos 15 aos 29 anos, quando analisado o percentual geral da violência letal, em todo território nacional. No tocante ao sexo, prevalece a tendência já comprovada em outros estudos: os jovens do sexo masculino são os que mais sofrem este tipo de violência.

Palavras-chave: Juventude. Letalidade. Racismo.

ABSTRACT

Every seventeen minutes a young person is murdered in the country. They are "subjects" that have certain markers: they are black, male and belong to impoverished families that survive in the peripheries and carry the burden of prejudice and criminalization. It is assumed that capitalist sociability has a given structure marked by class, race, and gender cleavages, which potentiate the violence practiced against black bodies. The results reveal that in 2019, in Brazil, there was a higher concentration of intentional lethal violent crimes (51.3%) in the age group of 15 to 29 years, when analyzing the overall percentage of lethal violence, in national territory. With regard to sex, the tendency already proven in other studies prevails: young males are the ones who suffer the most from this type of violence. Furthermore, it was possible to verify that the lower the level of education, the higher the incidence of homicides.

Keywords: Youth. Lethality. Racism..

¹ Universidade Federal de Alagoas; Bacharel em Serviço Social; elias.souza@fssso.org.br.

² Universidade Federal de Alagoas; Bacharel em Serviço Social; annaemanuely0312@gmail.com

³ Universidade Federal de Alagoas; Bacharel em Serviço Social; simone.social.1984@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Alagoas; Bacharel em Pedagogia; anetavaresufal@gmail.com



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

1 INTRODUÇÃO

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A violência é um tema que perpassa o cotidiano de toda a sociedade, atingindo desde a criança ao idoso, e pode provocar danos a um indivíduo ou a grupos inteiros de classes sociais diversas (dos miseráveis aos milionários – ainda que, evidentemente, objetive-se com intensidades variadas e conte com instrumentos de defesa igualmente diferentes e desiguais)⁵. Faz-se presente e de forma cada vez mais prevalente entre a juventude, especialmente no tocante aos jovens negros, do sexo masculino e moradores das periferias dos centros urbanos. Ver-se-á que o fenômeno da violência consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros, estes que podem ser indivíduos, grupos ou mesmo populações inteiras⁶.

Objetiva-se reforçar neste trabalho a tese de que, na sociabilidade capitalista, autoriza-se o extermínio de determinados sujeitos a partir da criação e reprodução da personificação de um inimigo. Esses que são enxergados continuamente como suspeitos e envoltos em atos ilícitos cuja prisão, eliminação simbólica ou física converte-se em móvel fortalecedor da histórica engrenagem racista que tem garantido, nos dias atuais, a dominação de classe e também racial. Está em curso na contemporaneidade um processo de criminalização das classes subalternas⁷. Nesse contexto, corpos historicamente negligenciados, como os corpos negros, são dizimados.

Para alcançar o propósito foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental e bibliográfica. Desse modo, o estudo buscará compreender a referida problemática como categoria e complexo social multicultural e multifacetado. Orientarão essa indicação as considerações teóricas de Maria Cecília de Souza Minayo (2007), Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (2001) e José Fernando Siqueira da Silva (2008); como também os ensaios documentais de instituições globais e nacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021).

⁵ Ver Silva (2008, p. 271).

⁶ Sobre essa questão consultar Minayo (2007, p. 23).

⁷ Conforme informa Duriguetto (2017) em “Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social”.

PROMOÇÃO

APOIO



2 VIOLÊNCIA LETAL CONTRA JUVENTUDE NEGRA: ONDE A DECRETAÇÃO DE MORTE COMEÇA?

O fenômeno da escalada da violência envolvendo segmentos juvenis no Brasil tem se convertido em um considerável dispositivo de controle social dessa população e de seus territórios, que são, em sua maioria, áreas estigmatizadas e vítimas da espetacularização da violência⁸. Barros e Benicio (2017) assegurarão que o processo necropolítico em andamento no país, responsável por produzir “jovens matáveis”, atribui aos mesmos jovens a pecha de “envolvidos”, com a premissa de normatizar seus extermínios.

Acerca disso, o filósofo francês Michel Foucault (1987) desenvolveu o conceito de biopolítica, afirmando tratar-se de modos como a política lida e gerencia a vida, isto é, de como se instrumentaliza a sua regulamentação em sociedade e de como as formas de punição são engendradas nos diferentes modos de produção. Se no contexto imperial competia ao rei aplicar punições livre e variavelmente, mediante sua vontade diante das transgressões dos súditos, com a presença inclusive de pena de morte em praças públicas, na sociedade capitalista contemporânea o povo está à mercê da frieza e rigidez da Lei e do Código Penal.

Em termos gerais, o homem deixa de ser eliminado e passa a ser controlado, vigiado e docilizado para retomar o convívio em sociedade. As prisões se disseminam carregando em seu bojo o ideário de disciplinar e punir, educar e alterar as más condutas e transgressões humanas. Foucault (1987) demonstra que tal percurso é possível através do biopoder, meio pelo qual o poder político impacta sobre o conjunto de vidas. Poder político que, em nome da vida e da sobrevivência, sustentou guerras e genocídios ao longo da história. Nesse sentido, para o citado filósofo francês,

As guerras travam-se em nome da existência de todos. Populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência

dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. O homem, durante milênios,

⁸ Ação oriunda da atividade de programas policiais que atuam por meio da espetacularização da violência, da estigmatização e criminalização da periferia, contribuindo para uma abordagem superficial da política de segurança pública.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; [no entanto] o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 1988, p. 128).

Ao corroborar com essa perspectiva é possível observar que a ampla “[...] vitimização de jovens por homicídio evidencia o modo de funcionamento de uma sociedade pautada por uma biopolítica da eliminação da figura de sujeitos indesejáveis” (BARROS; BENICIO, 2018, p. 3). Em outras palavras, a eliminação de pessoas elencadas como inimigas, fazendo-se crer que seu extermínio é indispensável para a manutenção da ordem social e política. Nessa direção, verifica-se que os jovens no Brasil, especialmente os negros, têm sido vítimas cotidianas do extermínio sumário e da política de encarceramento em massa, em resposta à biopolítica enfatizada por Foucault (1987), que inscreve o modo organizacional e punitivo da vida em coletividade; e também em resposta ao conceito de necropolítica, elaborado por Mbembe (2018), que comprova a existência e aplicação, por meio do Estado, de mecanismos e aparatos técnicos e tecnológicos para sujeitar o outro, tido como inferior, a uma constante situação de coerção, controle, vigilância e extermínio legitimado e naturalizado.

A política de guerra às drogas no Brasil, acirrada e institucionalizada por meio da lei n. 11.343 de 2006⁹, provocou um sério impacto tanto na dinâmica de aprisionamento como no extermínio da juventude negra e pobre do país, o que corrobora com a perspectiva da necropolítica, observando-se que

[...] no decurso do século XX [...] as drogas adquiriram status central de ameaça, perigo e risco de degenerescência para o indivíduo e a população, configurando-se num problema de interesse diplomático e militar. A biopolítica da guerra às drogas requer que o uso de substâncias psicoativas seja atrelado a hábitos reprováveis de determinados grupos populacionais, o que pode ser exemplificado pela circulação de discursos sobre uma suposta epidemia de crack nas grandes cidades (SOUZA, 2017, p. 36).

⁹ Lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A respeito dessa questão, Borges (2018) afirmará que se estabelece uma narrativa de epidemia e amedrontamento da população, o que endossa e requer a militarização dos territórios periféricos sob a justificativa de enfrentamento a tal problema social, a fim de alcançar a paz e a ordem. Destarte, é nessa ótica que se mantém a engrenagem da punição e da vigilância ostensiva desses territórios em movimento, bem como o extermínio, que se justifica tendo sustentação social na personificação de jovens supostamente envolvidos no pequeno tráfico.

Para fortalecer tal evidência, análises reunidas em publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2015), intitulada “*Porque somos contrários à redução da maioria penal?*”, demonstram que a política de guerra às drogas nada mais é que um processo articulado de vigilância e controle territorial da população pobre e negra, eleita o inimigo público principal da nação. Haja vista, foi a partir dos anos 1970, período de transição da ditadura no Brasil, que o “mito da droga” se estabeleceu, indicando: “[...] uma determinação estrutural regulada por leis de oferta e de demanda concomitante a uma carga ideológica e emocional disseminada pela mídia e acolhida pelo imaginário social a partir de uma estratégia global” (CFP, 2015, p. 24).

Destarte, a assertiva é reforçada na afirmação que consta da publicação já referendada do Conselho Federal de Psicologia, ao alegar que:

A disseminação do uso de cocaína trouxe como contrapartida o recrutamento da mão-de-obra jovem para a sua venda ilegal e constituiu núcleos de força nas favelas e bairros pobres do continente. Aos jovens de classe média, que a consumiam, aplicou-se sempre o estereótipo médico e aos jovens pobres, que a comercializavam, o estereótipo criminal. Este quadro propiciou um colossal processo de criminalização de jovens pobres que hoje superlotam os sistemas de atendimento aos adolescentes infratores [e o cárcere para adultos] (CFP, 2015, p. 24).

O cenário observado permite afirmar que o problema não é a droga em si, mas a vigilância e o controle da juventude, tida pelo conjunto da sociedade como perigosa. Com efeito, o extermínio da juventude negra brasileira assegura que a guerra às drogas se volta, majoritariamente, para grupos específicos. Guerra essa que é “[...] operacionalizada por uma polícia militarizada que, mais do que no combate a crimes, centra-se na aniquilação da figura do “criminoso-inimigo”” (BARROS; BENICIO, 2018, p. 37).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

De acordo com o Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021), no Brasil, em 2019,

de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas de homicídio. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas da violência letal a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Segundo o estudo, são 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país.

Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. (IPEA, 2021, p. 27).

Tal cenário torna factível verificar um processo de extermínio sumário da juventude brasileira, sobretudo negra, na contemporaneidade. O intenso agrupamento de um viés racial entre os crimes violentos letais intencionais ocorridos no Brasil não constitui uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Nesse sentido, a desigualdade racial se concentra nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora.

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2021, p. 49).

Tais índices corroboram e atestam a escalada da violência letal contra a população negra no Brasil. Verifica-se, assim, que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra.

PROMOÇÃO



APOIO

2. CONFRONTANDO A NARRATIVA QUE CULPABILIZA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS

O complexo social inscrito pela violência estrutural tem garantido a base imprescindível para o processo de reprodução do capital na contemporaneidade. Recorrendo a autores como Silva (2006), Silva (2008), Eurico (2013), entre outros, pretende-se delinear a sintonia entre o trabalho do/a assistente social frente aos desafios, possibilidades e limites postos para a categoria acerca desta problemática.

A violência que se objetiva na atual forma de sociabilidade tem se configurado como um tema concretamente fincado na realidade, interligando-se com o trabalho profissional do assistente social e dele exigindo intervenções que podem ou não endossar o circuito social violento (SILVA, 2006). Nesse sentido, verifica-se que apesar de não ser um fenômeno recente, através de condições determinadas pela burguesia, tal complexo social tem passado por modificações de modo a atender o capitalismo em todas as suas fases.

O fenômeno da violência está presente nas relações entre as classes sociais e se engendra nas relações interpessoais, forjando-se a partir das subjetividades dos sujeitos. Com efeito, observa-se a um processo de transformação do homem em objeto e sua consequente coisificação¹⁰. Ao tomar como parâmetro a realidade da juventude pobre e negra, observa-se a tentativa ininterrupta de subjugação e coisificação de seus corpos. Nessa perspectiva, os estudos de Silva (2006) demonstram que a violência revela um desejo de destruição do outro: “[...] daquele que é “diferente” e “estranho”, que foge dos padrões socialmente estabelecidos. Procura, com isto, exorcizar questões de difícil solução e sublimar situações e cenários absurdos embutidos na sociabilidade e no jogo de forças sociais” (SILVA, 2006, p. 35).

O intelectual destacará ainda que, como todo complexo social, a violência se manifesta de maneira imediata no conjunto de indivíduos, mas que essa problemática não é:

¹⁰ Ver Passos (2006).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

[...] um fenômeno circunscrito à dinâmica individual, submetida unicamente a vontades pessoais. Trata-se de uma ação que conta com indivíduos – seres sociais – sujeitos/objetos inseridos em processos sociais reconstruídos sob dadas condições históricas que potencializam a ação violenta e oferecem o terreno por onde se formam individualidades (SILVA, 2006, p. 36).

Destarte, é possível indicar que o fenômeno se gesta a partir de um complexo social e potencializa-se por meio das ações dos sujeitos. Tal dominação não se processa necessariamente através do uso da força, outrossim, pode manifestar-se através de instrumentos ideológicos que se materializam através da criação de consensos necessários à manutenção e naturalização das violências. Por esse motivo,

[...] é preciso resistir à banalização e à naturalização da violência frequentemente tomada como mera ação isolada e pontual – maquinada por mentes insanas e generalizada como “a violência urbana” –, analisando sua complexidade como fenômeno material que compõe as relações sociais de produção e reprodução do ser social na ordem burguesa brasileira (SILVA, 2006, p. 33).

Já nas reflexões oferecidas por Silva (2008), ver-se-á a tentativa de apreender o fenômeno da violência enquanto complexo social, sob dadas condições sócio-históricas, indicando particularidades¹¹ intrínsecas ao Serviço Social. Para tanto, o intelectual trilhará seu percurso evidenciando a perspectiva da totalidade de modo a destacar: “[...] a unidade-diversa entre a ontologia (a existência do ser social) e a gnosiologia (o conhecimento sobre esse ser), e apanhada na trama estabelecida entre o singular, o universal e o particular”. (SILVA, 2008, p. 268).

No seu cotidiano o assistente social defronta-se com inúmeras expressões da violência, portanto, é fundamental compreender seus determinantes e intervir a partir de uma perspectiva crítica amparada em determinado referencial teórico-metodológico, e um dado posicionamento ético-político. Tal análise é imprescindível e possibilita criar estratégias de enfrentamento às questões postas na realidade. Vale ressaltar que são demandados ao profissional posicionamentos/respostas face aos processos que se apresentam, sendo necessário ir além da imediaticidade (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2017).

¹¹ Silva (2008) destaca que a violência no cotidiano social se apresenta de forma pulverizada e particularizada, isto é, sob variadas formas e proporções, e volta-se aos diferentes sujeitos. Atravessa a profissão e os assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais e deles reivindica intervenções. Entretanto, as respostas profissionais, por vezes imediatas, não podem perder no horizonte a compreensão de que as formas particulares de violência se inscrevem sob dadas condições sociais e históricas, enquanto categoria e complexo social.





Correlacionando esta discussão com as relações étnico-raciais e suas implicações, ver-se-á que a partir do surgimento do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, em decorrência das diversas manifestações da questão social no país, a existência de um trato moral, religioso e regulador das contradições excepcionalmente de classes dificulta e impede reflexões no campo das relações raciais. Como assegura Eurico (2013), somente nos anos 1980 com as modificações e determinações sócio-históricas que proporcionaram um Serviço Social maduro¹², orientado desde então pela teoria marxista e apreendendo a realidade em sua totalidade, é que outras análises foram inscritas no bojo de sua compreensão e intervenção. Como assegura o intelectual, foi no íterim desse movimento que se puseram as bases fundamentais para o desenvolvimento teórico-metodológico do significado do Serviço Social na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais. Isso explicitou seu viés e compromisso político, distante de qualquer posição de neutralidade.

Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social (EURICO, 2013, p. 293).

No que se refere às demandas e possibilidades postas para assistentes sociais no debate sobre questão étnico-racial no Brasil, compreender-se-á que o racismo historicamente implica em

[...] prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam (EURICO, 2013, p. 295).

É na esfera das relações sociais que a questão racial recebe amplitude, no modo em que negros e negras acessam a riqueza socialmente produzida, no desempenho escolar primário e secundário, na inserção e permanência no ensino superior, nos postos de trabalho ocupados, nas condições de moradia e acesso a saneamento básico, na ausência de atendimento especializado no âmbito da política de saúde, na vulnerabilidade à violência urbana, policial e taxas de encarceramento

¹² Para um aprofundamento no tema, ver as indicações oferecidas por Netto (2005).



– especialmente se tratando de jovens negros –, entre outros; exigindo da categoria profissional uma atuação que compreenda o percurso sócio-histórico percorrido pela população negra, a ampla desigualdade que atravessa a esfera socioeconômica e racial, e o conjunto de privações historicamente aplicado pela ordem dominante, essa que é majoritariamente branca¹³, racista e detentora dos meios de produção.

Nesse sentido, configura-se como indispensável para profissionais de Serviço Social o debate e a imersão neste tema, uma vez que o racismo é consideravelmente presente nas relações sociais, sendo reproduzido nos mais diversos âmbitos, provocando a subjugação de pessoas negras, sua exclusão histórica e, sobretudo, sua aniquilação simbólica e física.

3 CONCLUSÃO

O complexo social expresso pelo fenômeno da violência tem-se apresentado de maneira multicultural e multifacetado, incidindo com particularidade em grupos sociais distintos, como a juventude (principalmente negra), crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, povos tradicionais e indígenas, migrantes, entre outros. Especialmente sobre a violência letal, que se volta para adolescentes e jovens negros, no Brasil, verificou-se o processo de conversão dessas vidas em vidas matáveis – fruto da lógica racista e burguesa que tem promovido nas periferias dos centros urbanos, por meio da militarização da segurança pública e outras formas preconceituosas, estigmatizadoras e de desvalorização da vida, extermínios sumários. Quando se trata de garantir o controle social e a vigilância dessa população, a máxima utilizada pelos mecanismos públicos é que se trata de gente “perigosa”.

Com efeito, se tem registrado nas últimas décadas, no Brasil e em diversos países do mundo, a composição de um Estado cada vez mais punitivo e repressor. Na medida em que se reduz as malhas que constituem a proteção social, são tecidas engrenagens de destruição de uma parcela da classe trabalhadora já historicamente menosprezada. Assiste-se, com isso, a criminalização da periferia e

¹³ De acordo pesquisa do IBGE intitulada “*Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira*”, divulgada em 2016, dentre os brasileiros mais ricos 8 a cada 10 são brancos. O estudo indica que a população negra, nesse ínterim, alcança a marca de 17,8%.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sua ocupação extremada por organismos de segurança pública, para efetivar a dinâmica de aniquilamento de supostos “inimigos”, “marginais”.

Especialmente no que se refere à vulnerabilidade da população negra, a violência, verifica-se que após 135 anos da abolição da escravatura no Brasil, negros e negras seguem inseridos no processo de marginalização, inferiorização e extermínio que, aos olhos do conjunto da sociedade, compõe um cenário permeado de naturalização e invisibilização uma vez que o racismo se inscreve enquanto um sistema de opressão que negligencia, impede diversos acessos e desumaniza a população negra e indígena, se reproduzindo nos âmbitos da política, economia e relações cotidianas.

Em conformidade com a reflexão de Eurico (2013), ratificamos que é urgente ressignificar a trajetória histórica dessa população no país, objetivando enfrentar coletivamente a desigualdade racial e social.

Para os profissionais de Serviço Social é uma questão fundamental reafirmar a problemática da violência enquanto uma categoria e complexo social para, a partir daí, ser possível apanhar as especificidades que se apresentam como demanda para a profissão, intervindo ativamente em suas variadas expressões que, como assegura Silva (2008), não são de forma alguma isoladas e/ou pontuais.

No decorrer do estudo, entendemos que, no âmbito da profissão de Serviço Social, há ainda um denso caminho a ser percorrido para o efetivo atendimento histórico das necessidades da população negra – indo desde o aprofundamento deste debate no interior da profissão, a fim de ampliar os estudos científicos sobre o contexto destes indivíduos, famílias e comunidades que requisitam a intervenção profissional. Aliado a isso, faz-se necessário formular proposições que alavanquem e qualifiquem ainda mais o trabalho profissional no enfrentamento e alcance de respostas efetivas às demandas postas por esse grupo populacional.

Sabe-se que não é suficiente, no modo capitalista de ser, a tentativa de humanizar o capital, em termos de enfrentamento da violência e combate ao racismo, por intermédio apenas de reformas no âmbito das políticas públicas – ainda que reconheçamos a importância destas para atendimento das necessidades e demandas desse segmento populacional –, enquanto as bases desiguais e opressoras desse sistema, seguem se reproduzindo; haja vista que essas bases gestam as condições objetivas para que a violência se reproduza. Dito de outra forma, o fenômeno da violência é indissociável do próprio capital, apresentando



caráter funcional e rentável à lógica de sua reprodução, portanto, como advoga Conceição (2013), eliminar tal fenômeno requisitaria eliminar, conseqüentemente, o capitalismo, pelo fato de ser inatingível o combate da violência dentro do atual modo de produção onde essa é gerada e mantida.

Ampliando o caráter desta assertiva, a pesquisa aqui desenvolvida corrobora que, na sociabilidade capitalista, é indestrutível não somente o fim da violência, como também o fim do racismo e de todas suas implicações. Assim sendo, a derruição destes fenômenos exigem a superação dessa forma de sociabilidade. Tal feito é tarefa inalienável da classe trabalhadora, na realização de um projeto societário em uma nova sociabilidade, sem exploração ou dominação de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Violência e educação. Trabalho apresentado no 5º Simpósio Municipal de Educação, Caxias do Sul, RS. 1988. *In*: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 34-43, jul./dez. 2017.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CONCEIÇÃO. Clarisse Maria da. **O Fenômeno da Violência: a forma de enfretamento do Estado na contemporaneidade**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20 a 23 de agosto de 2013. São Luis, Maranhão. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Mitos e Verdades Sobre a Justiça Infanto Juvenil Brasileira: Por que Somos Contrários à Redução da Maioridade Penal?/ Orgs. José Luiz Quadros de Magalhaes; Maria José Gontijo Salum; Rodrigo Tôres Oliveira**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2015. 168 p.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0104.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Org.). **Atlas da violência 2021**. Espírito Santo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. *In*: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 21-42.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PASSOS, Aurilene Cristina dos. **O que os olhos não vêem o coração sente: um estudo sobre violência psicológica contra a mulher**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Cortez Editora, 2017.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, n. 19, p. 31-58, jul./dez. 2006.

_____. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Katálysis**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, jul./dez. 2008.

SOUZA, T. P. (2014). O nascimento da biopolítica das drogas e a arte neoliberal de governar. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), 979-998. *In*: BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luís Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.8 n.2, p. 34-43, jul./dez. 2017.

PROMOÇÃO



APOIO